

IMPLICAÇÕES DO NOVO ENSINO MÉDIO PARA ENTRADA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: O QUE PENSAM OS (AS) ALUNOS (AS)?

Ana Vitória Cardoso ¹
Douglas Christian Magalhães Espindola ²
Gabriela Venancio Rosolen ³

INTRODUÇÃO

A lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, modificou as diretrizes e bases da educação nacional, trazendo uma reforma ao ensino médio. A carga horária é elevada para 1.000 horas de aula anuais, estabelecendo 60% de disciplinas obrigatórias (formação geral básica) e 40% de área genérica dentre as opções: Matemáticas e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ensino Profissional. De antemão dentre teóricos (BARCELLOS, 2017) são previstos impactos negativos, como o aumento de dificuldade para o ingresso dos alunos ao ensino superior, que já não se faz tão acessível para o estudante proveniente de colégios públicos, e tende a piorar ainda mais com a reforma, tornando a universidade um lugar mais elitizado. Outra consequência negativa está diretamente relacionada na formação cidadã dos estudantes, as disciplinas que continuaram obrigatórias são de caráter geral e básico: português, matemática e inglês e os estudos indicam a redução da carga horária das disciplinas das ciências humanas, como sociologia, filosofia e artes. Estas áreas do conhecimento auxiliam no pensamento crítico e na formação do cidadão. Portanto, no contexto da reforma do ensino médio, esta pesquisa que está em desenvolvimento tem como objetivo entender qual a visão dos alunos para com esta realidade, tendo em vista de que a formação deles é a maior afetada (FERRETTI, 2018). A mudança do novo ensino traz a redução da carga horária de matérias que seguem sendo cobradas na maioria dos vestibulares tradicionais e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as duas maiores portas de entrada para universidades públicas, matérias estas que ainda são ensinadas na maioria

1 Universidade Estadual de Londrina – UEL, Ana Vitória Cardoso, graduanda em Ciências Sociais, branca, mulher cisgênero, Londrina- Paraná;

2 Universidade Estadual de Londrina – UEL, Douglas Christian Magalhães Espindola, graduando em Ciências Sociais, branco, homem cisgênero, Londrina - Paraná;

3 Universidade Estadual de Londrina – UEL, Gabriela Venancio Rosolen, graduanda em Ciências Sociais, branca, mulher cisgênero, Rolândia - Paraná;

das escolas particulares e portanto acentuam a desigualdade ao acesso do ensino superior.

METODOLOGIA

Amurabi, Binsfield e Trindade (2018) realizam uma pesquisa sobre as opiniões de 6 professores da rede pública da cidade de Florianópolis e observam a existência de uma ampla crítica à reforma, e de uma preocupação com a formação dos jovens no Ensino Médio. O objetivo aqui é adicionar uma contrapartida destas opiniões partindo dos estudantes do Colégio Estadual José de Anchieta, na cidade de Londrina, Paraná. As pesquisas de (DA SILVA, BARBOSA, KÖRBES, 2022 e SILVA, 2020) demonstram que os alunos têm interesse em cursar o ensino superior, considerado por eles uma parte importante de seu projeto de vida, portanto, para além do levantamento bibliográfico, existe a intenção de aplicar um questionário para os estudantes dos terceiros anos do ensino médio no Colégio, buscando entender qual a sua percepção acerca da reforma e o ensino médio os prepara para o ingresso em universidades públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a revisão bibliográfica realizada permite afirmar que o novo ensino médio poderá trazer possíveis implicações aos discentes oriundos de escolas públicas quanto à entrada nas universidades públicas. Também se indica para o aprofundamento das desigualdades, em que, para os jovens mais abastados, a escola tem como objetivo a formação para empregos de maior qualidade, facilitando assim o acesso às universidades, que na maioria das vezes são públicas, e para os jovens de escolas públicas, os menos afortunados, a preparação e formação para um trabalho precarizado e tecnicista.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, M. E. *et al.* A reforma do ensino médio e as desigualdades no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (Online)**, Vol.2 (13), p. 118-136, 2017. Disponível em: < <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6127>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Secretaria Geral da Presidência da República**. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 26 mar. 2023

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e a sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados (online)**. Vol.32, n. 93, p. 25-42, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

LIMA, H. B. *et al.* Breve reflexão sobre a reforma do ensino médio e sua relação com a educação de nível superior. **Cadernos Cajuína**, Vol.4 (2), p. 125-137, 2019. Disponível em: < <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/283>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

OLIVEIRA, A. *et al.* A reforma do ensino médio e suas consequências: o que pensam os professores de sociologia?. **Revista Espaço do Currículo**. Vol.2, n. 11, p. 249-259, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v2n11.36073>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SILVA, Rogério Nunes. Diários de aprendizagem nas aulas de sociologia: reflexões sobre juventude, escola e avaliação. Londrina, 2020

